

Programa de Parcerias de Investimento

O Programa de Parcerias de Investimento (PPI) divulgado nesta terça-feira (13) faz parte do pacote lançado pelo governo visando a cooperação estratégica com o setor privado para investimentos na área de infraestrutura. O programa faz parte da estratégia do novo Governo em ampliar oportunidades de investimento e de emprego, estimular o desenvolvimento tecnológico e industrial, expandir a qualidade da infraestrutura pública, promover competição na celebração de parcerias e assegurar a segurança jurídica dos contratos. Espera-se que os projetos sejam realizados com maior transparência, confiabilidade e segurança jurídica.

O PPI será responsável pela agenda de concessões e privatizações do governo Michel Temer. No comando do PPI está Moreira Franco, aliado de Temer e ex-ministro da Secretaria de Aviação do governo Dilma Roussef. Conforme pronunciamento, não haverá restrições à participação de capital estrangeiro nos projetos nem a obrigatoriedade deles se associarem com empresas brasileiras. Além disso, os três bancos controlados pelo governo federal – Caixa, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – terão participação no financiamento dos projetos de infraestrutura, assim como a participação dos bancos privados. A secretaria da PPI explicou que a participação de vários integrantes do mercado financeiro vai exigir projetos bem qualificados que apresentem taxas de retorno adequadas.

Outro ponto de destaque em relação ao PPI é a exigência de que seja obtida a licença ambiental prévia antes da publicação do Edital, o que significa que a análise do impacto no meio ambiente, assim como aspectos urbanísticos, regulatórios, hídricos etc. terão análise de viabilidade do projeto de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento, assim como todos os processos e atos administrativos necessários à sua estruturação, liberação e execução.

O PPI será regulamentado por meio de Decretos que definirão as políticas para o investimento, as diretrizes estratégicas para sua estruturação, licitação e contratação e as demais medidas de desestatização a serem implementadas.

O Governo prevê a concessão dos aeroportos de Florianópolis, Salvador, Fortaleza e Porto Alegre e espera-se que os Editais sejam lançados já no quarto trimestre deste ano (2016). Espera-se, ainda, que o governo não exija a participação da Infraero (estatal que administra aeroportos) como sócia na operação, o que ocorreu com os aeroportos de Brasília, Galeão e Guarulhos. Devem ser anunciadas, também, concessões de rodovias e ferrovias, incluindo as estradas BR-364/365 (GO e MG) e BR-101/290 (RS). O setor ferroviário incluirá a licitação dos trechos EF-151 (SP-MGGO-TO), da Ferrovia Norte-Sul, EF-170 (MT/PA), da Ferrogrão, e EF-334 (BA), da Ferrovia Integração Oeste-Leste.

Há possibilidade de venda de ativos da Eletrobrás, no setor elétrico, e venda de parte das operações de empresas estaduais de saneamento. Além disso, serão concedidos dois terminais para movimentação de cargas nos portos de Santarém, no Pará (combustíveis) e Rio de Janeiro (trigo).



MATTOS ENGELBERG

— A D V O G A D O S —

Considerando a relevância do assunto e as possibilidades de investimento no setor de Infraestrutura, o Mattos Engelberg acompanha o desenvolvimento dessas questões e se coloca à disposição para prestar assessoria e esclarecer quaisquer dúvidas sobre o tema.